



# O preço de uma eleição

*Humberto Dantas*

Na definição dos comandos das mesas diretoras do Congresso Nacional para o biênio 2021-2023, o placar foi elástico e as duas eleições foram encerradas em turno único. No Senado, o vencedor acumulou 57 dos 78 votos, contra 21 de sua adversária. Rodrigo Pacheco, senador de primeiro mandato, eleito em 2018 pelo DEM de Minas Gerais depois de um mandato bem sucedido pela Câmara dos Deputados, onde em apenas quatro anos conseguiu presidir a cobiçada Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ficou com mais de 70% dos votos dos 78 senadores que foram às urnas. Três parlamentares não compareceram à votação, dois alegando motivos de saúde e um licenciado. Simone Tebet (MS), do poderoso MDB, a maior bancada da casa e tradicionalmente quem dá as cartas no Senado, ficou num distante segundo lugar. Pacheco tem perfil conciliador, é visto como político hábil e sua história não se distancia dessa percepção. Poucos têm uma carreira tão intensa. Em 2014 conquistou seu primeiro mandato de deputado federal pelo MDB de Minas Gerais, em 2021 vai presidir o Senado Federal. Numerólogos e astrólogos, funções que estão na moda na atual conjuntura política nacional, afirmam que ciclos de sete anos são mágicos. Rodrigo Pacheco não nega a sensação. Em seu discurso de posse enfatizou a atenção ao social, falou em conciliar, em apaziguar ânimos e investiu sobre a demanda por reformas estruturais, desde que apesar da urgência sejam feitas sem atropelos.

\* Doutor em ciência política, conselheiro e parceiro da KAS em ações de educação política.

Especialistas o acusam de ser liso, de ter feito o discurso politicamente correto. Recebeu um abraço afetuoso de Flávio Bolsonaro e um telefonema do Planalto. E disse a Bolsonaro: Conte comigo. Para quê?

Na Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) acumulou 302 votos, cerca de 60% sobre o total de presentes, enquanto seu principal adversário, Baleia Rossi (MDB-SP), teve 145. Ao longo do dia os ânimos se acirraram na Casa, em sinais evidentes de conflito entre o vencedor e o grupo de Rodrigo Maia (DEM-RJ), que presidia a Câmara. No discurso de posse não faltaram provocações, e assim que se sentou na cadeira, Lira desfez o principal bloco de oposição para a formação de cargos, alegando atraso de seis minutos no prazo de registro regimental. A pontualidade, se for um padrão universal, pode ser interessante. Se for casuística, será apenas uma arma de vingança. Lira também falou em ciência, em vacinação, em pautas reformistas, em equilíbrio, pluralidade e avanços políticos. Fez um discurso em parte politicamente correto, mas também vingativo e rancoroso contra seus adversários. Sua carreira como deputado é cercada de acusações, como cidadão é ainda mais delicada. É apontado de agredir fisicamente a esposa, em crime que teria prescrito, assim como é indicado pelo Ministério Público de comandar o esquema de “rachadinhas” na Assembleia Legislativa de Alagoas. Tão

polêmico quanto habilidoso, é o que dizem as figuras próximas. Sua capacidade de articulação, seu poder de ouvir e sua vontade de agir em conjunto impressionam quem convive com ele no Progressistas.

A dupla de partidos que controlará o Congresso Nacional é inédita no país no exercício conjugado das funções que conquistaram. O PP presidiu a Câmara com o falecido, folclórico e derrubado por corrupção Severino Cavalcanti (PE), e interinamente com o atrapalhado Waldir Maranhão (MA), que chegou a sustar o processo de impeachment de Dilma Rousseff após a queda de Eduardo Cunha (MDB-RJ), antes de ser substituído por Rodrigo Maia em 2016. Já o PFL/DEM comandou o Senado com Antônio Carlos Magalhães, da temida sigla ACM nos anos 90, dragado por um escândalo de subversão da segurança do placar eletrônico da Casa, e por Davi Alcolumbre, eleito num processo repleto de trapalhadas vergonhosas em 2019. Nunca PP e DEM, que têm na Arena da situação ditatorial a mesma origem, estiveram juntos no controle do Congresso Nacional desse modo.

O que isso significa? No presente, que Jair Bolsonaro, a exemplo de tantos outros presidentes na história recente do Brasil, pagou caro para ter a melhor dupla possível a atender seus desejos de agenda. Pagar aqui significa algo lícito, a despeito de o presidente trair seu próprio discurso político de ojeriza a trocas desse tipo. Se vendeu em 2018 como avesso à lógica de coalizão e adquiriu um produto perigoso em 2021. Pacheco, mas principalmente Lira, são de uma cepa de políticos que precisa receber em dia. Os acordos precisam ser cumpridos e o carnê do crediário do Planalto não é pequeno. São parcelas caras e volumosas. O preço disso é conhecido: Bolsonaro quer emplacar sua agenda de costumes, Paulo Guedes quer impor seu arsenal reformista. Ambos desejam impedir que prospere a ideia de um impeachment, a despeito dos mais de 60 processos que repousam na gaveta da mesa que Arthur Lira vai ocupar. Bolsonaro parece ter se livrado desse fantasma: com a dupla que chega ao controle do Congresso, o presidente da República parece que assegurou a conclusão de seu primeiro mandato. Nada é tão sólido que não possa se desmanchar com o vento das conjunturas, mas parece que o alicerce trazido pela eleição das mesas diretoras é mais sólido. Perfeitamente. Em 2022 teremos um presidente disputando a reeleição com reais chances de vitória.

Mas não é só isso. Seu governo deve começar a ser desmontado a partir de março. Por duas razões muito simples. Primeiro: as parcelas do crediário vão começar a vencer. E o que é esperado? Que ministérios muito potentes e visíveis comecem a ser cobiçados, sobretudo por conta da fragilidade política de seus ocupantes. Saúde e Educação são extremamente potentes e têm sobre si um general e um acadêmico religioso de perfil discreto, respectivamente. Duas presas fáceis para a narrativa da vitória que o Centrão colheu no Congresso. Dizem os jornais que o MEC estaria indo para o DEM de ACM Neto, e a saúde pode mudar de mãos a qualquer momento. Entra nessa conta a fragilidade do ocupante da pasta das Relações Exteriores, assim como a falta de resultado do super ministério de Paulo Guedes. Desmembrar a Economia nas tradicionais pastas da Indústria e Comércio, e Trabalho, pode ser mais um passo do famigerado credor em torno do devedor Bolsonaro. Segundo: para disputar a eleição de 2022 o presidente precisa se filiar a um partido político até o fim de março, mais tardar começo de abril, do próximo ano. Esse movimento, no entanto, já está sendo traçado e prometido para o primeiro semestre de 2021. Qual o preço? Mais espaço no poder, mais recurso do indiscreto “toma-lá-dá-cá”.

O que o presidente comprou de bom então? Pouca coisa. Afastou a chance de impedimento e pode ter facilidade para impor uma agenda que terá em Pacheco e Lira defensores parciais. A frase do novo presidente do Senado é emblemática: urgências enfrentadas sem sobressaltos.

E quem perde? O discurso de nova política, de mudança e contrário ao que o senso comum prega como corrupção sofreu uma dura derrota. Bolsonaro assinou seu atestado de “mais do mesmo”. Sempre foi assim, mas precisa gritar contra inimigos imaginários para se firmar no poder e conquistar a reeleição. O pleito de 2022 será aquele a confrontar fantasia e realidade. Mas quem faz do marketing político seu ganha pão vive disso: foi assim na campanha de Dilma em 2014, por exemplo. O que era o “Muda Mais Brasil” na boca de quem estava no poder fazia 12 anos? Perdem também os militares, pois muito provavelmente serão eles a serem defenestrados do governo por um presidente que precisa abrir espaço para a política, pagando seus credores. A questão, no entanto, é: mas as forças armadas não emprestaram prestígio e legitimidade a esse mesmo governo? Claro que sim, e esse é o preço que

Bolsonaro terá que administrar: quem gasta mais do que tem, costuma dever a alguém.

Os próximos dias ainda nos reservam os acordos para a formação das mesas diretoras, contando aqui a polêmica de Arthur Lira pra cima do bloco que apoiava Baleia Rossi. Ademais, nas próximas semanas serão definidas as composições das comissões permanentes para os próximos dois anos, outro desafio dos mais expressivos.

*As opiniões externadas nesta publicação  
são de exclusiva responsabilidade de seus autores.*

*Não são necessariamente opiniões da  
Fundação Konrad Adenauer.*